



PROGRAMAÇÃO

CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS Avaliação do Dano Pessoal Pós-Traumático para a Magistratura

INFORMAÇÕES DA ESCOLA	Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto Diretor da Escola: Desembargador Marco Aurélio Bezerra de Melo Mandato do Diretor: 03/02/2023 a 03/02/2025		
PERÍODO DE INSCRIÇÃO	De 26 de setembro a 29 de novembro de 2023		
DATA E HORÁRIO	Período do curso: 01 a 08 de dezembro de 2023 Dias e horários das aulas presenciais: 01 e 04 de dezembro de 2023, das 9h às 18h Período das atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA): 01 a 08 de dezembro de 2023		
TIPO DE ATIVIDADE (Res. 11/2020 ENFAM)	Curso de formação continuada	CARGA HORÁRIA	20 horas
MODALIDADE	PRESENCIAL	Nº DE VAGAS	50
LOCAL	Sala de aula EMERJ e Plataforma Moodle (http://virtual.emerj.com.br/)		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados do TJRJ		
EMENTA DO CURSO	Aspectos Gerais na Avaliação pericial médico-legal do Dano Pessoal em Direito Civil e em Acidentes de Trabalho; Sequelas permanentes e temporárias na Avaliação do Dano Pessoal; Avaliação pericial médico-legal do Dano Pessoal em Direito Penal; Especificidades da avaliação pericial médico-legal de situações de tortura e maus tratos; Parâmetros de elaboração de um Laudo Pericial Médico na Avaliação de Dano Corporal.		
TEMAS GERAIS			
EIXOS E SUBEIXOS	Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado: Temas de Direito Civil; Temas de Processo Civil; Temas em Direito Penal; Temas em Processo Penal Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado: Direitos Humanos, Gênero, Racismo e Diversidade; Agenda 2030 e temas de Cooperação Internacional		

<p>JUSTIFICATIVA</p>	<p>O Curso de Avaliação do Dano Pessoal Pós-Traumático para a Magistratura abordará aspectos médicos nesta modalidade de perícia, com ênfase na sua coadjuvação em processos das áreas do Direito Penal e Cível. O curso será focado na apresentação de exemplos de situações do dia a dia dos Magistrados, que requerem a avaliação do dano corporal pós-traumático, além de casos de acidentes de trabalho. Serão discutidos conceitos como nexo de causalidade e imputabilidade médica, além dos critérios clássicos de Simonin e a importância do estado médico anterior.</p> <p>Será feita referência aos principais baremos internacionais, ferramentas essenciais para a quantificação do dano. Além disso, serão apresentadas diferentes especificidades da avaliação médico-legal em contextos delicados como abuso sexual, maus tratos em menores, violência de gênero e tortura.</p> <p>A clareza e a objetividade da prova pericial médica são fundamentais para a adequada interpretação e tomada de decisão pelos Magistrados. Entretanto, existem conceitos que são próprios da avaliação do dano corporal pessoal pós-traumático e que nem sempre são discutidos fora do ambiente acadêmico e profissional pericial médico.</p> <p>Adicionalmente, com o incremento do número de casos de acidentes pessoais, com repercussão Civil e/ou Penal, dos casos de violência de gênero, abuso sexual, tortura e maus tratos e as modificações socioculturais em todo mundo, vários dos conceitos da avaliação médica do dano pessoal vem passando por modificações e reposicionamentos, inclusive em nível internacional.</p> <p>Desta forma, um curso de aperfeiçoamento deste tema, com participação de autoridades médicas com reconhecimento e atuação nacional e internacional para esta discussão junto a Magistratura, mais do que justificado, pode ser visto como uma demanda natural, visto a necessidade de se estabelecer parâmetros de elaboração de um Laudo Pericial Médico na Avaliação de Dano Corporal e que seja devidamente compreendido pelos magistrados nos casos concretos.</p>
<p>OBJETIVO GERAL</p>	<p>Ao final do curso os(as) magistrados(as) serão capazes de identificar os princípios e práticas da avaliação médica do dano pessoal pós-traumático de forma a melhor julgar os casos que envolvem a perícia médica.</p>
<p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Discutir a importância da avaliação pericial médico-legal no Direito Civil e em casos de acidentes de trabalho. • Entender a aplicação dos conceitos de nexo de causalidade e imputabilidade médica nesses contextos. • Conhecer os principais parâmetros temporários e permanentes utilizados na quantificação do dano pessoal. • Analisar casos práticos de aplicação dos conceitos discutidos • Conceituar os parâmetros temporários de avaliação do Dano Pessoal (Déficit Funcional Temporário, Quantum Doloris, Repercussão Temporária na atividade Laborativa). • Exemplificar e debater a forma de avaliar cada parâmetro temporário de Avaliação do dano Pessoal. • Analisar casos reais para entender os desafios e as nuances dessa avaliação. • Exemplificar e debater a forma de avaliar cada parâmetro permanente de Avaliação do dano Pessoal. • Analisar casos reais para entender os desafios e as nuances dessa avaliação. • Discutir a relevância da avaliação pericial médico-legal no Direito Penal.

	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar casos práticos de aplicação dos conceitos discutidos • Compreender as especificidades da avaliação pericial em casos de tortura e maus tratos. • Identificar os sinais e sintomas de tortura e maus tratos. • Discutir estratégias de intervenção e encaminhamento desses casos. • Estabelecer os Parâmetros de elaboração de um Laudo Pericial Médico na Avaliação de Dano Corporal
DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE	
COORDENAÇÃO	<p>Coordenadora Renata de Lima Machado Doutoranda em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Sérgio Arouca, - ENSP, da Fundação Oswaldo Cruz; Mestre em Saúde e Direitos Humanos pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - FIOCRUZ em convênio com a Escola da Magistratura do Rio de Janeiro, EMERJ. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal Fluminense (1998). Presidente do Fórum de Saúde Pública e Acesso à Justiça da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro - EMERJ. Instrutora da Escola de Administração Judiciária TJRJ e juíza de direito - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil e Direito Processual Civil.</p>
DOCENTES	<p>Renata de Lima Machado Juíza de direito - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Doutoranda em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Sérgio Arouca, - ENSP, da Fundação Oswaldo Cruz; Mestre em Saúde e Direitos Humanos pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - FIOCRUZ em convênio com a Escola da Magistratura do Rio de Janeiro, EMERJ. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal Fluminense (1998). Presidente do Fórum de Saúde Pública e Acesso à Justiça da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro - EMERJ. Instrutora da Escola de Administração Judiciária TJRJ e. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil e Direito Processual Civil.</p> <p>Ariadne Villela Lopes Juíza de direito - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com atuação na Central de Custódia da Capital. Graduada em Direito. Mestre em Justiça e Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública/ENSP-Fiocruz e doutoranda em Direito Processual pela UERJ.</p> <p>Duarte Nuno Vieira Professor Catedrático de Medicina Legal, Ciências Forenses, Ética e Direito Médico da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (Portugal) e na Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior. Diretor do Centro Humanitário e dos Direitos Humanos da Universidade de Coimbra Pesquisa e Treinamento Forense. Presidente da Rede Ibero-Americana de Ciências Forenses e Vice-Presidente da Confederação Europeia de Peritos em Avaliação e Reparação de Lesões Corporais. Professor visitante em várias Universidades da Europa, África, América e Ásia. Foi reitor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, Presidente do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, Diretor do Instituto de Medicina Legal de Coimbra e do seu Serviço de Patologia Forense, Patologista Forense Chefe, Presidente do Conselho Médico-Legal Português e da Associação Portuguesa de Medicina Avaliação de Lesões, entre muitas outras consultas.</p>

	<p>Foi Presidente da Academia Internacional de Medicina Legal, da Associação Internacional de Ciências Forenses, do Conselho Europeu de Medicina, da Associação Mundial de Médicos Policiais e da Associação Latino-Americana de Medicina Legal.</p> <p>Editor-chefe executivo do Journal of Forensic Research (editado por Taylor & Francis), Editor Associado Internacional da Revista Espanhola de Direito Medicine (editado pela Elsevier). Editor-Chefe da Revista Portuguesa de Avaliação de Lesões Pessoais (editado pela Imprensa da Universidade de Coimbra).</p> <p>Orador convidado em mais de 750 palestras fora de Portugal, em países da Europa, Ásia, África, Oriente Médio, Austrália e de todo o continente americano e administra cursos de treinamento em mais de 30 países diferentes (nomeadamente nos Protocolos de Istambul e de Minnesota).</p> <p>Gabriela Graça Suares Pinto Presidente ABMLPM Rio de Janeiro. Especialista em medicina legal e perícias médicas, ortopedia e traumatologia, medicina do trabalho. Perita legista da Polícia Civil do Rio de Janeiro, ex diretora do IMLAP, atual Diretora da divisão de clínica e necropsia do IMLAP. Pós graduada em Antropologia Forense e Direitos Humanos pela Unifesp. Professora de ortopedia do curso de avaliação de dano corporal de Coimbra 2023, professora de medicina legal da ACADEPOL e UFRJ. Membro da Câmara Técnica de Medicina Legal e Perícias Médicas do CREMERJ.</p>
<p>METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO</p>	<p>Serão utilizadas metodologias ativas de ensino, com o Magistrado no centro do processo de aprendizado, o que permite que o mesmo tenha uma participação ativa no processo de aprendizagem. Inicialmente, o conteúdo teórico técnico será apresentado pelo Docente, sendo debatido e colocado em perspectiva jurídica pelo Magistrado do Painel. Ao final de cada painel, serão apresentados casos práticos para debate e questionamentos.</p> <p>O enfoque será no Estudo de Casos Concretos, uma vez que o conteúdo visa a compreensão dos possíveis casos jurídicos e a demanda médico-legal inerente aos mesmos; o conflito cognitivo gerado pela exposição do conteúdo técnico pelo Docente e, por fim, a utilização dos conhecimentos técnicos adquiridos na resolução dos casos jurídicos apresentados, nas variadas possibilidades de Dano Corporal Pós Traumático, com elaboração de protocolos e simulação de julgamentos envolvendo casos de perícias.</p> <p>Modalidade Semipresencial: encontros presenciais em sala de aula; atividades prévias de leitura e atividades de avaliação no Ambiente Virtual de Aprendizagem.</p> <p>Indique os materiais que serão utilizados nas atividades propostas: Quadro branco; Power point; Áudio / Vídeo</p> <p>Metodologias ativas: Estudo de caso; Rotação por Estação; Simulação</p>

PROGRAMAÇÃO	
<p>Aula 1</p> <p>Dia: 01/12/2023</p> <p>Hora: 9h às 11h</p> <p>Carga horária: 2 horas</p>	<p>TEMA DA AULA: Aspectos Gerais na Avaliação pericial médico-legal do Dano Pessoal em Direito Civil e em Acidentes de Trabalho</p> <p>Ementa: avaliação pericial médico-legal no Direito Civil; avaliação pericial médico-legal em acidentes de trabalho; nexos de causalidade e imputabilidade médica; baremos internacionais</p> <p>Conteúdo programático: relevância da avaliação pericial médico-legal no Direito Civil e em acidentes de trabalho; análise do nexos de causalidade e imputabilidade médica; interpretação da avaliação pelos baremos internacionais.</p> <p>Docente: Professor Duarte Nuno Vieira e Dra. Renata Lima Machado</p> <p>Metodologia e Avaliação de aprendizagem: aula expositiva-dialogada (60 min); Estudo de caso (40 min); Plenária com exposição dos resultados elaborados pelos grupos (20 min).</p>
<p>Aula 2</p> <p>Dia: 01/12/2023</p> <p>Hora: 11h às 13h</p> <p>Carga horária: 2 horas</p>	<p>TEMA DA AULA: Nexos de causalidade e o estado anterior</p> <p>Ementa: Avaliação pericial médico-legal; critérios clássicos de Simonin; estado médico anterior; estado anterior; casos práticos.</p> <p>Conteúdo programático: avaliação pericial médico-legal; critérios clássicos de Simonin; a importância do estado médico anterior; data de Consolidação ou de Cura; analisar casos práticos de aplicação dos conceitos discutidos.</p> <p>Docente(s): Professor Duarte Nuno e Dra. Renata Lima Machado</p> <p>Metodologia e Avaliação de aprendizagem: aula expositiva-dialogada (60 min); Estudo de caso (40 min); plenária com exposição dos resultados elaborados pelos grupos (20 min).</p>
<p>Aula 3</p> <p>Dia: 01/12/2023</p> <p>Hora: 14h às 16h</p> <p>Carga horária: 2 horas</p>	<p>TEMA DA AULA: Sequelas temporárias na Avaliação do Dano Pessoal</p> <p>Ementa: avaliação pericial; aspectos temporários de avaliação de dano corporal; casos reais.</p> <p>Conteúdo programático: particularidades da avaliação pericial de aspectos temporários de avaliação do Dano Pessoal; análise de casos reais; desafios e as nuances dessa avaliação.</p> <p>Docente(s): Prof Duarte Nuno Vieira e Dra. Renata Lima Machado</p> <p>Metodologia e Avaliação de aprendizagem: aula expositiva-dialogada (60 min); Estudo de caso (40 min); Simulação de julgamento com casos reais (20 min).</p>

<p>Aula 4</p> <p>Dia: 01/12/2023</p> <p>Hora: 16h às 18h</p> <p>Carga horária: 2 horas</p>	<p>TEMA DA AULA: Sequelas Permanentes na Avaliação do Dano Pessoal</p> <p>Ementa: avaliação pericial; aspectos permanentes de avaliação do dano corporal; casos reais.</p> <p>Conteúdo programático: especificidades da avaliação pericial de aspectos permanentes de avaliação de dano Pessoal; estratégias de intervenção e encaminhamento de casos de maus tratos.</p> <p>Docente(s): Prof Duarte Nuno Vieira e Dra. Renata Lima Machado</p> <p>Metodologia e Avaliação de aprendizagem: aula expositiva-dialogada (60 min); Estudo de caso (40 min); Simulação de julgamento com casos reais (20 min).</p>
<p>Aula 5</p> <p>Dia: 04/12/2023</p> <p>Hora: 9h às 11h</p> <p>Carga horária: 2 horas</p>	<p>TEMA DA AULA: Avaliação pericial médico-legal do Dano Pessoal em Direito Penal</p> <p>Ementa: avaliação pericial médico-legal no Direito Penal; critérios clássicos de Simonin; estado médico anterior; casos práticos.</p> <p>Conteúdo programático: avaliação pericial médico-legal no Direito Penal; critérios clássicos de Simonin; a importância do estado médico anterior; exposição de situações reais e comuns no IML do Rio de Janeiro; analisar casos práticos de aplicação dos conceitos discutidos.</p> <p>Docente(s): Dra. Gabriela Graça Soares Pinto e Dra. Ariadne Villela Lopes</p> <p>Metodologia e Avaliação de aprendizagem: aula expositiva-dialogada (60 min); estudo em grupo de casos práticos de aplicação dos conceitos discutidos (50 min); Sistematização (10 min).</p>
<p>Aula 6</p> <p>Dia: 04/12/2023</p> <p>Hora: 11h às 13h</p> <p>Carga horária: 2 horas</p>	<p>TEMA DA AULA: Parâmetros de elaboração de um Laudo Pericial Médico na Avaliação de Dano Corporal (cenário em Portugal)</p> <p>Ementa: avaliação pericial; Laudo Pericial; cenário em Portugal.</p> <p>Conteúdo programático: especificidades da avaliação pericial; estrutura do Laudo Pericial; Laudo Pericial em Portugal.</p> <p>Docente(s): Prof Duarte Nuno Vieira e Dra. Ariadne Villela Lopes</p> <p>Metodologia e Avaliação de aprendizagem: aula expositiva-dialogada (60 min); Elaboração de modelo de laudo pericial – atividade em grupo (45 min); Apresentação dos grupos (15 min).</p>

<p>Aula 7</p> <p>Dia: 04/12/2023</p> <p>Hora: 14h às 17h</p> <p>Carga horária: 3 horas presencial</p>	<p>TEMA DA AULA: Especificidades da avaliação pericial médico-legal de situações tortura e maus tratos</p> <p>Ementa: avaliação pericial em casos de tortura e maus tratos; sinais e sintomas de tortura e maus tratos; estratégias de intervenção de tortura e maus tratos.</p> <p>Conteúdo programático: especificidades da avaliação pericial em casos de tortura e maus tratos; reconhecimento de sinais e sintomas de tortura e maus tratos; estratégias de intervenção e encaminhamento dos casos de tortura e maus tratos.</p> <p>Docente(s): Prof Duarte Nuno Vieira e Dra. Ariadne Villela Lopes</p> <p>Metodologia e Avaliação de aprendizagem: aula expositiva-dialogada (60 min); Rotação por Estação (60 min); Simulação de julgamento em casos que envolvem tortura e maus tratos (60 min).</p>
<p>Aula 8</p> <p>Dia: 04/12/2023</p> <p>Hora: 17 h às 18h</p> <p>Carga horária: 1 hora presencial</p>	<p>TEMA DA AULA: Encerramento</p> <p>Ementa: Consolidação dos ensinamentos e reflexão sobre a aprendizagem.</p> <p>Conteúdo programático: Consolidação dos ensinamentos das aulas anteriores; registro reflexivo sobre as competências desenvolvidas no curso.</p> <p>Docente(s): Prof Duarte Nuno Vieira e Dra. Ariadne Villela Lopes</p> <p>Metodologia e Avaliação de aprendizagem: Sistematização (30 min); Registro reflexivo e Objeto da palavra (30 min).</p>
<p>Material no AVA</p> <p>Período:</p> <p>Carga horária: 3 horas</p>	<p>Material no AVA:</p> <p>Aula 1 Leitura obrigatória: Bouchardet FCH, Santos WB. Avaliação do Dano Corporal no Âmbito Civil e do Trabalho. Coopmed. Belo Horizonte. 2015. 232 pp. Guides to the Evaluation of Permanent Impairment. 6th ed. American Medical Association 2008:77-99 Luciana Fernandes Berlim. A responsabilidade civil aplicada às perícias médicas judiciais. Sebastião Geraldo de Oliveira: Responsabilidade no Direito do Trabalho Oliveira SG: Proteção a Saúde de Trabalhador. LTR. São Paulo. 2011 6ª ed.608 p. Weliton Barbosa Santos, Wagner Fonseca Moreira da Silva e Duarte Nuno Vieira - Metodologia de Avaliação de danos corporais em perícias médicas</p> <p>Aula 2 Leitura obrigatória: Oliveira, C. Vieira, DN., Corte-Real, F. Nexo de Causalidade e Estado anterior na Avaliação Médico-Legal do Dano Corporal. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2017. 166 p.</p>

Vieira, DN, Quinero, JÁ. Aspectos práticos da avaliação do dano corporal em Direito Civil. SerSilito-Empresa Gráfica Ltda. 2008 240p.

Vieira, DN e Corte-Real, F. Nexso de causalidade em Avaliação do Dano Corporal – p. 61-83

Weliton Barbosa Santos, Wagner Fonseca Moreira da Silva e Duarte Nuno Vieira - Metodologia de Avaliação de danos corporais em perícias médicas

Santos WB. Estabelecimento da relação de causalidade médico-legal – p. 45-57

Bouchardet FCH, C. Avaliação do Dano Corporal no Âmbito Civil e do Trabalho. Coopmed. Belo Horizonte. 2015. 232 p.

Santos WB. Concausa Anterior – Estado Anterior – p. 59-76

Sá, FO – Clínica Médico-Legal da reparação do dano corporal em Direito Civil. Coimbra. APADAC, 1992

Aula 3

Leitura obrigatória:

Vieira, DN, Quinero, JÁ. Aspectos práticos da avaliação do dano corporal em Direito Civil. SerSilito-Empresa Gráfica Ltda. 2008 240p.

Bouchardet FCH, C. Avaliação do Dano Corporal no Âmbito Civil e do Trabalho. Coopmed. Belo Horizonte. 2015. 232 p

Calabuig G. Medicina Legal e Toxicologia 6ª ed. Barcelona: Masson; 2004

Weliton Barbosa Santos, Wagner Fonseca Moreira da Silva e Duarte Nuno Vieira - Metodologia de Avaliação de danos corporais em perícias médicas

Aula 4

Leitura obrigatória:

Vieira, DN, Quinero, JÁ. Aspectos práticos da avaliação do dano corporal em Direito Civil. SerSilito-Empresa Gráfica Ltda. 2008 240p.

Bouchardet FCH, C. Avaliação do Dano Corporal no Âmbito Civil e do Trabalho. Coopmed. Belo Horizonte. 2015. 232 p

Calabuig G. Medicina Legal e Toxicologia 6ª ed. Barcelona: Masson; 2004

Weliton Barbosa Santos, Wagner Fonseca Moreira da Silva e Duarte Nuno Vieira - Metodologia de Avaliação de danos corporais em perícias médicas

Aula 5

Leitura obrigatória:

Hébert M, Lavoie F, Blais M. Post Traumatic Stress Disorder/PTSD in adolescent victims of sexual abuse: resilience and social support as protection factors. Cien Saude Colet 2014 Mar;19(3):685-94.

McLean CP, Rosenbach SB, Capaldi S e al. Social and academic functioning in adolescents with child sexual abuse-related PTSD. Child Abuse Negl 2013 Sep;37(9):675-8.

McLean CP, Rosenbach SB, Capaldi S e al. Social and academic functioning in adolescents with child sexual abuse-related PTSD. Child Abuse Negl 2013 Sep;37(9):675-8.

Løkkegaard SS, Elklit A, Vang ML. Examination of ICD-11 PTSD and CPTSD using the International Trauma Questionnaire - Child and Adolescent version (ITQ-CA) in a sample of Danish children and adolescents exposed to abuse. Eur J Psychotraumatol. 2023;14(1):2178761.

Binagwaho A, Ngarambe B, Yohannes T Gender-Based Violence Against Women JAMA Health Forum . 2021 Apr 1;2(4):e210868.

	<p>Mittal S, Singh T. Gender-Based Violence During COVID-19 Pandemic: A Mini-Review. <i>Front Glob Womens Health</i> 2020 Sep 8;1:4.</p> <p>Aula 6 Leitura obrigatória: Sá, FO – Clínica Médico-Legal da reparação do dano corporal em Direito Civil. Coimbra. APADAC, 1992 Vieira, DN, Quinero, JÁ. Aspectos práticos da avaliação do dano corporal em Direito Civil. SerSilito-Empresa Gráfica Ltda. 2008 240p.</p> <p>Aula 7 Leitura obrigatória: Magalhães, T. Violência e Abuso – Respostas simples para questões complexas. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2010 142p. Le Blanc, M e Cusson, M. <i>Traité de criminologie empirique</i> 4ª ed. Les Presses de l'Université de Montréal, 2010. 448p. Lopez, G. <i>La victimologie</i> 1ª ed. Editions Dalloz. Paris, 2010 191 p. Cusson, M. <i>La criminologie</i> 5ª ed. Hachette Livre. Paris, 2011 143 p.</p>
<p>Módulo de Avaliação final</p> <p>Carga horária: 1 hora</p>	<p>Registro Reflexivo Avaliação de Reação Avaliação das Aulas</p>
<p>AValiação (100 pontos)</p>	<p>Presença e participação: 50 pontos Atividades avaliativas nas aulas: 50 pontos</p>
<p>CERTIFICAÇÃO</p>	<p>Registro no SIEM Emissão de certificado na plataforma Moodle</p>

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

1. **METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juizes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando

processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.

2. **AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os alunos receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados. Nos cursos na modalidade presencial o AVA será utilizado como repositório dos materiais complementares e para a avaliação final e de reação.
3. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS TUTORES (cursos em EaD):** Conforme Plano de Tutoria enviado ao tutor, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas (conforme explicitadas no plano de curso, esclarecer as dúvidas dos alunos e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas pelos alunos de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre os participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.
4. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS ALUNOS:** Os alunos deverão participar de todas as atividades (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
5. **AVALIAÇÃO.** Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nas aulas presenciais, e nos cursos em EaD: nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas, a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma questão avaliativa (Estudo de Caso - opcional) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao longo das aulas/módulos. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.
6. **FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela frequência nos cursos presenciais (75%) e pela realização das atividades propostas ao longo do curso (nos cursos em EaD), devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
7. **DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br